



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA**

**HISTÓRIA KARIPUNA: PROTAGONISMO ONTEM E HOJE<sup>1</sup>**

**NO FÉ NO IXTUA**

*Walter Vasconcelos dos Santos<sup>2</sup>*

**INTRODUÇÃO**

Este artigo aborda especificamente o processo de formação do povo Karipuna, bem como seu protagonismo no decorrer do século XX e início do século XXI, identificando os principais acontecimentos. O trabalho está dividido em quatro partes, iniciando com a localização do povo Karipuna. Em seguida abordo o processo histórico do referido povo a partir do século XVII. Na seqüência descrevo a exploração de recursos naturais na região do Uaçá. As conquistas e desafios do movimento Indígena dos Karipuna a partir da década de 70.

Para realizar minha pesquisa utilizei livros sobre os povos indígenas de Oiapoque de autores como Tassinari, Lux Vidal, Dominique Gallois e o livro Povos Indígena no Brasil, entrevistas com moradores da aldeia Santa Izabel e de outras comunidades e informações minha que ainda estão na memória.

**1. Localização do Povo Karipuna**

Os Karipuna estão localizados nas terras indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, no município de Oiapoque, extremo norte do Estado Amapá. É uma região denominada de Baixo Oiapoque, onde divide as terras indígenas com os Galibi-Marworno, Galibi Kalin'a e com os Palikur. A maioria da população Karipuna concentra-se às margens do rio Curipi, vivendo em pequenas ilhas e encostas de montanhas. Na Terra Indígena Uaçá estão localizadas as margens do rio Curipi as aldeias Japiim,

---

<sup>1</sup>

Manga, Paxiubal, Pakapua, Santa Izabel, Txipidô, Taminã, Espírito Santo, Jôdef, Açaizal e Encruzo e as margens da BR156 estão localizadas as aldeias Estrela, Ahumã, Curipi, Cariá e Piquiá. Na Terra Indígena Galibi localiza-se a aldeia Ariramba e na Terra Indígena Juminã a aldeia Kunanã, somando um quantitativo de 18 aldeias Karipuna

Os territórios estão bastante preservados, existem apenas áreas desmatadas para fazer roças de mandioca, plantio de bananas e pequenas pastagens para criação de gado. É uma região rica em espécies de caças, peixes, aves e répteis que são à base da alimentação dos indígenas que ali habitam. Com o aumento da população alguns animais estão desaparecendo e, devido a isso as lideranças indígenas decidiram em assembléia conservar algumas espécies de animais mais consumidos pelos indígenas da região, é o caso do pirarucu, jacaré-tinga e o tracajá, que são à base da alimentação dos indígenas no período das cheias.



Foto: Wallace Oliveira/Terra Indígena Uaçá

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso Licenciatura em Educação Escolar Indígena- Ciências Humanas, como requisito para obtenção do grau de licenciado, pela Universidade Federal do Amapá, orientado pela Prof.<sup>a</sup> MSc Rejane Aparecida Rodrigues Candado.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena- Ciências Humanas/UNIFAP/turma 2007.1

## 2. Breve Histórico do Povo Karipuna

Segundo os pesquisadores e os informantes indígenas, o povo Karipuna se formou de remanescentes de várias populações. O povo Karipuna é citado em relatos de viajantes já no século XVII, como moradores do Oiapoque. (MOCQUET 1617 apud TASSINARI, 2003) Não é mencionado no século XVIII, mais volta a aparecer em documentos do século XIX, como um grupo reduzido de famílias habitantes do Baixo Oiapoque e falantes de um idioma do tronco Tupi. Estas famílias, remanescentes de povos indígenas da região, e outros migrantes da região do salgado paraense, contribuíram para a formação do povo Karipuna no rio Curipi.

De acordo com as informações de Nimuendaju citado por TASSINARI (2003), Karipuna refere-se a “um número bastante grande” de falantes da língua Tupi, fugitivos das missões do Cunani e Macari que migraram para Oiapoque no final do século XVIII, juntamente com índios Aruã, após ter havido o despovoamento da região pelos portugueses.

Esse processo de migração das missões, da Cabanagem e de outras perseguições os índios Karipuna se misturam com outros povos indígenas e não indígenas construindo uma única identidade os Karipuna do Curipi. Em meados do século XVIII, com a política Pombalina, o uso do idioma Nheengatu<sup>3</sup> passa a ser proibido, sendo obrigatório o uso do português. Inicia-se o processo de “desnheengatuização”, sendo que língua continua a ser usada apenas nas regiões e com menos influência das políticas coloniais (Borges, 1994). Portanto, no início do século XIX, os falantes da língua geral são aquelas descendentes de várias etnias que passaram nos séculos anteriores pelas experiências das missões e aldeamentos na ocasião encontravam-se relativamente isolados do poder, do controle colonial/imperial e das políticas de erradicação do Nheengatu. Talvez esse contato com outras nações e as políticas positivistas do governo contribuiu para o esquecimento da língua Nheengatu. (Tassinari, 2003)

No início do século XVII, TASSINARI (2003) busca nos trabalhos de Mocquet (1617) e D'Avity (1637), que citam o país dos Caripous vizinho ao país dos Caribes, sendo os dois, inimigos. Por isso, pode-se afirmar que os nomes das etnias que habitam o Oiapoque são conhecidos dos europeus desde o início da colonização européia.

O nome Karipuna é citado por Nimuendaju (1926) apud Tassinari (2003) entre outros grupos como falantes da língua geral Tupi. Segundo os registros feitos por Cadreau, que visitou a bacia do

---

<sup>3</sup>Nheengatu: Língua Geral de contato falada por diversos povos indígenas na Amazônia no período Colonial.

Uaçá e cita as vilas do Couripi, Ouassa e Roucaua, constituindo verdadeiras aldeias de índios. Sobre as etnias que habitavam a região menciona brasileiros refugiados no Couripi, Arauos no Uaçá, Palicours no Urucauá, bem como alguns indivíduos Caripounes residentes no Uaçá e Curipi. A maioria dessa população sabia falar o Patóis de Caiena, mas Cadreau afirma em seu registro que eram falantes de seus idiomas específicos: Aroua, Palicour, Caripoune e mesmo do Maraone, que na ocasião não distinguia uma etnia (Tassinari, 2003).

Por volta de 1890, famílias procedentes de São Caetano de Odivelas-PA, outras de Bragança-PA e estreito de Breves- Pará - vieram se instalar no Curipi. Dentre essas famílias, os Fortes e Santos são os principais troncos formadores dos atuais Karipuna, que ao chegarem nesta região casaram-se com índias Karipuna. Outra família, a dos Aniká descendentes de uma mulher chamada Aniká, provavelmente Palikur, também participou desse processo de formação. Essa hipótese pode ser confirmada nos depoimentos de pessoas mais velhas da comunidade. Ao questionar a senhora Alexandrina dos Santos<sup>4</sup> (79) e Fernando Forte<sup>5</sup>(48), ambos afirmaram que a família Aniká são descendentes do povo Palikur, porque essa mulher Aniká a casou com um Karipuna. Diz a senhora alexandrina que conheceu a senhora Massalina Aniká(já falecida) que a mesma era falante da língua Palikur.

Após a instalação destas famílias de fugitivos no Curipi, entraram outros elementos na composição do atual povo Karipuna: indígenas da região do Uaçá, como também crioulos árabes, chineses e europeus. (Tassinari, 2003)

Segundo Tassinari (2003), as famílias cabanas do baixo Amazonas chegaram à região pela costa, de barco, instalando-se primeiro no rio Ouanari, do lado da Guiana Francesa, mais logo em seguida passaram para a margem direita do Oiapoque, e posteriormente no Curipi no Monte Karipurá, chegando até a cachoeira do Benoá. Depois de algum tempo foram vítimas de uma epidemia de sarampo e desceram o rio, instalando-se no curso médio do rio Curipi, na encosta do Monte Taminã (Nimuendajú: 1926 e Reis: 1936). Segundo Romualdo Hipólito<sup>6</sup>, devido muitos índios morrer vítimas do sarampo o lugar ficou conhecido como cemitério e ficou muito tempo desabitado. Como os indígenas não conheciam a doença fugiam das regiões onde ela atacava. No entanto, muitos índios se instaram nesse local que é hoje a aldeia Espírito Santo, a segunda maior aldeia em população dos Karipuna e uma das mais antigas. Nela está localizada a mais antiga igreja católica e onde é festejada a Feste do Divino Espírito Santo, com rezas ainda em latim.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada por Walter Vasconcelos dos Santos em 30/01/2011

<sup>5</sup> Entrevista realizada por Walter Vasconcelos dos Santos em 30/01/2011

<sup>6</sup> Depoimento coletado por Walter Vasconcelos dos Santos em 03/09/2010

Em 1900, com a Revolução do Contestado franco brasileiro, em que o Brasil ganha definitivamente a soberania sobre o Amapá, o Governo intensifica a sua presença no município de Oiapoque e nas aldeias indígenas com o intuito de eliminar a influência francesa na região (Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna e Galibi-Marworno, 2006, pag. 15,16, 2ª edição).

A partir de 1930, época da instalação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, houve grandes mudanças no modo de vida dessas populações indígenas. Primeiro com a criação do Posto de Vigilância no Encruzo, que controlava entrada e saída de indígena para a cidade de Saint George/Guiana Francesa e Oiapoque/Brasil, entrada de bebidas alcoólicas, além de servir como local de punição para indígenas que não respeitavam os capitães que eram indicados pelo SPI. Apesar da fiscalização rígida do chefe do posto, muitos indígenas encontravam várias maneiras para entrarem com bebidas. Segundo os mais velhos da aldeia Santa Izabel, para passar com a bebida no posto de vigilância os indígenas colocavam dentro de paneiros e depois prendiam em uma corda em baixo da ubá<sup>7</sup>. Quando o chefe ia revistar a canoa não encontrava nada de bebidas, então, liberava a embarcação para seguir viagem. Depois que já estavam distante do posto eles tiravam os paneiros que estavam presos em baixo da embarcação com bebida alcoólica e seguiam viagem para suas comunidades, conforme relato do senhor José dos Santos.

Outra forma de fugir da fiscalização foi à abertura de caminho pelo campo, conhecida apenas pelos indígenas que dominavam o território, que para fazer o percurso até a cidade de Oiapoque em um período mais curto abriram um caminho entrando pelo lago Lençol, passando pelo igarapé do Taparabu até sair no rio Oiapoque, conforme nos relata José dos Santos.

Outro fator marcante da época foi à implantação da educação escolar em 1934 na aldeia Espírito Santo e posteriormente em Santa Izabel, mudando completamente o modo de vida destas comunidades, desrespeitando a especificidade do povo, com a proibição da língua indígena, o uso obrigatório do uniforme, desfile no Dia 07 de setembro, etc. O objetivo da escola era integrar o índio à sociedade nacional. Entretanto, muitos índios resistiram esse modelo de escola, abandonando-a e mantendo seu modo de vida, realizando seus mutirões de fazer roça, construir canoas, continuaram falando a língua. Outros se sujeitaram, ficavam com medo de falar a língua, deixaram de praticar a dança do Turé, de fazer o caxixi (bebida fermentada feita de mandioca), e colavam seus filhos na escola para aprender o português porque achavam que a língua Portuguesa era mais importante. Muitos indígenas deixavam as casas dos pais para morar em casas de familiares onde

---

<sup>7</sup> Ubá: canoa em tamanho grande feito em madeira.

havia escola e, outros saíam da aldeia para a cidade levados por não índios para estudar e muitos não retornavam para as aldeias e quando voltavam já com outros hábitos.

*Em entrevista com a senhora Alexandrina dos Santos 79 (Xandoca), que vivenciou este período, faz algumas considerações sobre o funcionamento da escola: “o ensino nesse período era muito difícil, tinha apenas uma professora para atender todas as turmas que era até a terceira série primária e quando o aluno não conseguia aprender, recebia castigos como, régua na boca, palmatória, além de ser proibido falar a língua patoá na escola. Hoje o ensino está melhor, tem professor indígena formado que estão trabalhando com os alunos desde a pré-escola até a quarta série. Também já tem nas aldeias a quinta até a oitava e ensino médio que não existia no passado, e isso está contribuindo para nossos filhos não saírem da aldeia para a cidade, e recentemente foi criado o curso superior para indígenas e isso vai ajudar que nossos filhos continuem estudando e se preparando para atender a nossa comunidade”.*

### **3. Exploração dos Recursos Naturais**

Além da escola, o Serviço de Proteção ao Índio também implantou no posto Encruzo<sup>8</sup>, uma usina de pau-rosa que era utilizado para fabricar perfumes, uma máquina para extração de óleo de andiroba, uma serraria e uma olaria em meados de 1930. O comércio de pau-rosa funcionou no Curipi de 1932 a 1935 até o esgotamento da madeira tendo empregado vários índios Karipuna e outros indígenas da região sob a ordem do inspetor do referido órgão. Também ocorreu nesse período a exploração de ouro, realizada pelos crioulos em toda a região do Uaçá. Os locais mais explorados foram às cabeceiras do rio Curipi, o Monte Txipoca no rio Urukauá e nos montes Cajari e Peruano entre os rios Curipi e Urukauá. Essas atividades incentivaram a entrada de regatões<sup>9</sup> na região e, devido esse contato houve casamentos entre índios e não índios, o que vem acontecendo até os dias de hoje.

Ainda, nesse período foram implantados projetos de iniciativas econômicas como: roças de mandioca para fins comerciais, cultivo de arroz e criação de gados. Também nesse mesmo período alguns índios foram mandados para cursos técnicos agrícolas e pesca intensiva para cidade, mais de volta para as aldeias não foram aproveitados, pois os projetos estavam praticamente desativados. Os projetos de roça de mandioca comunitária não deram certos porque os indígenas não estavam acostumados fazer roça para toda comunidade e sim entre famílias. Com relação ao cultivo de arroz

<sup>8</sup>Encruzo: Região onde os rios Curipi e Uaçá se encontram, e foi criado um Posto de vigilância no período do SPI e permaneceu com a criação da FUNAI.

<sup>9</sup>Regatões- comerciantes que utilizavam embarcações para comercializar gêneros alimentícios trazidos do Oiapoque e levavam produtos produzidos nas aldeias indígenas, como o caso da farinha de mandioca e frutas.



não deu certo devido o grande número de graúnas que existe na região. A criação de gados comunitária não prosperou, mas muitas famílias adquiriram seus gados por conta própria e muitos tiveram sucesso, cito como exemplo o Senhor Manoel Primo dos Santos que chegou a ter um rebanho de 300 cabeças de gado bovino e que muitos indígenas ainda hoje possuem pequenas criações. Porém, apesar da maioria dos projetos não terem dados certos alguns indígenas que fizeram os cursos técnicos muitos deles se tornaram líderes de suas aldeias. (CEDI, 1983)

Um marco importante na década de 1940 foi à fundação da aldeia Santa Izabel, pelo Senhor Manoel Primo dos Santos mais conhecido como senhor Coco e sua esposa Delfina Batista, ambos do povo Karipuna. A aldeia cresceu rapidamente devido a implantação de um pequeno comércio. No início, o senhor Coco comprava farinha de mandioca, frutas, peixes e vendia na cidade de Oiapoque, com o dinheiro comprava gêneros de alimentação e outros produtos industrializados para revender para os indígenas da região. Em pouco tempo a aldeia Santa Izabel se tornou o principal centro comercial e Sr. Coco o principal líder dos Karipuna. Esse comércio se fortaleceu ainda mais com a compra de couros e pele de animais, principalmente de jacaré-açu. Conforme depoimento do senhor José dos Santos<sup>10</sup>, funcionário do Sr. Coco por muitos anos, afirma que nesse tempo não existia comércio, as pessoas faziam farinha somente para o consumo e eles adquiriam com muita dificuldade o sal, sabão. O café era plantado nas aldeias, ou adquirido na cidade. O açúcar quando não conseguiam comprar na cidade de Oiapoque era extraído da cana-de-açúcar. Então, o Sr. Coco fez uma grande roça e, quando amadureceu fez bastante farinha e foi vender na cidade de Oiapoque. Quando retornou da cidade trouxe mercadorias como sal, querosene, sabão, açúcar, café e outros objetos. Quando os moradores souberam que ele tinha trazido essas mercadorias foram trocar com farinha e outros produtos da roça. Como não existia balança ele construiu uma balança de madeira e o peso era pedra. Tinha pedra de vários tamanhos. Então, foi assim que o Sr. Coco iniciou o seu comércio.

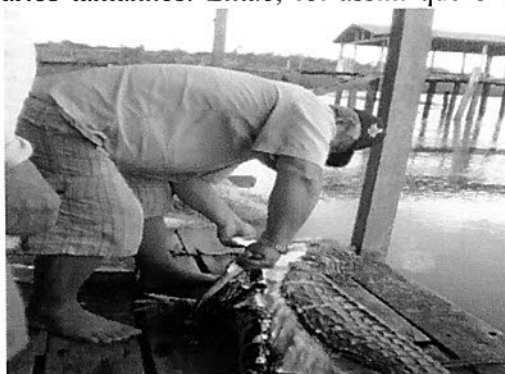


Foto: Wallac Oliveira/Consumo da carne de Jacaré

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 10/10/2010 por Walter Vasconcelos dos Santos.

#### **4. Conquistas e desafios do Movimento Indígena do Oiapoque**

A década de 70 e 80 do século passado foi marcada por fortes mudanças que devem ser lembradas, porque constitui o alicerce do movimento dos povos indígenas do Oiapoque. Com a entrada da Fundação Nacional do Índio- FUNAI e do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, nas pessoas de Frederico Miranda e Padre Nello Ruffaldi, que até hoje são grandes aliados dos indígenas do Oiapoque, o movimento se estruturou e ganhou forças. Diversas ações foram realizadas pelo CIMI nas aldeias Karipuna, das quais citamos: a implantação das cooperativas, a realização de Assembléias Políticas, os projetos de educação diferenciada, o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas da região. (Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna e Galibi- Marworno pag. 18 edição 2006.)

As Assembléias indígenas são momentos muito importantes para os indígenas, pois, nelas são discutidos assuntos relacionados aos quatro povos e posteriormente são encaminhados documentos e reivindicações que dizem respeito aos índios e sua vida nas aldeias como saúde, educação escolar, meio ambiente, sustentabilidade entre outros. O asfaltamento da BR 156 e a Linha de Transmissão da Eletronorte são dois grandes empreendimentos que dividem as opiniões das lideranças indígenas e, isso é bastante preocupante, pois se trata do futuro das comunidades indígenas. Parte das lideranças reivindica indenização individual, outras querem que o governo desenvolva programas de curto e de longo prazo para o coletivo.



**Foto: Fórum Sócio Ambiental Aldeia Kumarumã - 2004**



A década de 1990 representa um momento decisivo na história dos Karipuna e dos outros povos indígenas do Oiapoque, com a homologação da Terra Indígena Uaçá, a Fundação da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque-APIO, a eleição de vereadores indígenas dos povos Galibi-Marworno e Karipuna e de um prefeito índio nas eleições municipais de 1996. Na área da Educação Escolar indígena houve grandes conquistas, primeiro a formatura de 13 professores indígenas dos povos Galibi-Marworno e Karipuna em 1995, sendo que 05 eram do povo Galibi-Marworno e 08 do povo Karipuna. O curso foi ofertado pelo Conselho Indigenista Missionário-CIMI, em parceria com o Governo do Estado do Amapá, que reconheceu o curso através do Instituto de Educação do Território do Amapá-IETA, e a construção do Currículo de Ensino Fundamental para as Escolas Indígenas Karipuna, Galibi- Marworno, assessoria do CIMI com a participação em massa dos professores, caciques e outras lideranças indígenas. O Currículo ficou engavetado por motivos político por algum tempo, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação/AP, pela Resolução 03/01/2003.

A formação desses indígenas serviu como incentivo para muito parentes, que foram estudar na cidade de Oiapoque, por falta de oferta do Ensino Médio e magistério. Com a implantação do Sistema Organizacional Modular de Ensino(SOME), nas aldeias maiores muitos indígenas que tinham parado de estudar voltaram para a escola. Devido à falta de professores indígenas e o grande número de indígenas que tinham concluído o Ensino Médio as lideranças indígenas solicitaram do Governo Estadual a formação de professores indígenas. O Governo atendeu a reivindicação das lideranças e firmou um convênio com Associação Indígena Galibi- Marworno (AGM). O curso foi ofertado em 2006 pelo Instituto de Ensino Leonardo da Vinci, onde foram formados 126 professores dos Povos Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur.

Com a criação da Organização dos Professores Indígenas do município de Oiapoque (OPIMO) em 1995, o movimento dos professores se fortaleceu. Uma das ações importantes da organização foi impetrar um mandato de segurança contra o Estado, anulando o concurso realizado para atender as comunidades indígenas, que a maioria dos aprovados foi não índios e exigiu que fosse realizado um concurso específico para professores indígenas do Amapá e Norte do Pará, uma vez que já estava aprovada a categoria professor indígena conforme Resolução nº 068/2002 do CEE/AP.

Outras conquistas dos Karipuna e das demais etnias do Oiapoque, foi a inauguração do Museu Kuahi em 2007, a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena, ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 2007, que tem como objetivo formar indígenas para lecionar no Ensino Fundamental e Médio. Recentemente em 2009 a implantação do Sistema

Organizacional Modular de Ensino Indígena (SOMEI) e o Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque, que foi construído pelos próprios indígenas, coordenado pela APIO com apoio financeiro e institucional de entidades parceiras, como Funai-Brasília, Funai-Oiapoque, The Nature Conservancy (TNC), Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ), Eletronorte e Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). O Plano de Vida tem como objetivo maior garantir uma boa qualidade de Vida, tanto no âmbito social quanto no ambiental para os povos indígenas de Oiapoque.

Vale ressaltar que, apesar de todas essas conquistas durante esses anos, ainda enfrentamos sérios problemas como alcoolismo, mudanças de comportamento entre os jovens como: modo de ser vestir, de ser relacionar com os mais velhos e o avanço de doenças que não existiam como hipertensão, depressão, as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, diabetes, entre outras. O acesso às tecnologias é importante para a comunidade, porém, tem suas conseqüências, como exemplo a televisão, que ocupa muito tempo dos jovens, desestimulando-os a não fazerem as tarefas da escola, ajudar a família, além de incentivá-los a mudarem de comportamento como usar brinco, tatuagem etc. Todos esses problemas são conseqüências do contato direto com a sociedade envolvente.

Outra questão que tem sido pauta do movimento indígena é a política de saúde indígena que tem passado por constantes modificações, o que tem prejudicado o atendimento as populações indígenas. Segundo Alfredo dos Santos<sup>11</sup>, cacique e agente de saúde-AIS da aldeia Txipidô, quando a saúde era de responsabilidade da FUNAI as juntas médicas realizavam visitas constantes nas comunidades indígenas e com isso evitava o deslocamento de pacientes para Macapá e Belém. Apesar da falta de recursos nesse período não tinha tanta reclamação das lideranças com relação ao atendimento a saúde Indígena.

Com a criação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) através do decreto nº 3156/94, a saúde indígena volta a ser de responsabilidade do Ministério da Saúde. Este decreto implanta 34 Distritos Sanitário Especial Indígena/DSEIs em todo Brasil. Esperava-se que a FUNASA implantasse uma política de atenção à saúde indígena nos moldes que a lei determinava. Pelo contrário a FUNASA terceirizou todos os serviços deixando a responsabilidade para as ONGs, prefeituras e organizações indígenas. Como conseqüência coube ao Ministério da Saúde através da Funasa, apenas o estabelecimento de convênios com terceiros, fazer repasses dos recursos e cobrar sua aplicação. Devido à falta de apoio técnico e administrativo da Funasa deixou muitas organizações indígenas em

---

<sup>11</sup>Entrevista realizada em 08/12/2010 por Walter Vasconcelos dos Santos.

condições de inadimplência. Além de servir de cabide de emprego para não índio. Diante de tantas reclamações de indígenas o Ministério Público Federal do Trabalho solicitou judicialmente que esta política de atenção à saúde indígena fosse considerada ilegal. Apesar de muita luta do movimento indígena o atendimento continua precário nas comunidades indígenas, as políticas de saúde da FUNASA não atende as demandas das comunidades, pois a maioria delas são elaboradas de cima para baixo sem a participação dos indígenas. O descaso é maior na compra de medicamentos que são comprados sem respeitar as relações enviadas pelos postos de saúde (Mensagem, edição, 182-julho/agosto 2010). Espera-se com a criação da Secretaria de Saúde Indígena ligada ao Ministério da Saúde o governo possa melhorar o atendimento as populações indígenas respeitando as especificidades de cada povo.

Para finalizar, destaco a “reestruturação da FUNAI” dezembro de 2009 que não foi aceita pelas lideranças Karipuna, principalmente pela extinção da Administração Executiva Regional de Oiapoque e, posteriormente a transferência dos chefes de Posto das aldeias para a cidade de Oiapoque e o setor financeiro passou para FUNAI de Macapá, deixando as comunidades indígenas vulneráveis, e sem perspectivas, a ponto das lideranças indígenas se manifestarem com uma nota pública de repúdio janeiro de 2010, conforme podemos observar no trecho abaixo:

*“Esse Decreto foi uma ducha de água fria, pelo que estamos observando, nossa Administração vai ser reduzida, levada a condição “coordenação”, sabemos sim, que parte dos setores vai funcionar na AER-Macapá a 600 km de Oiapoque, Senhor Presidente não temos nada contra a FUNAI de Macapá, o que é preciso ser analisado é na nossa situação geográfica, a FUNAI de Macapá já tem seus problemas que não são poucos, os parentes da T.I Parque do Tumucumaque que os diga, e agora com mais as demandas de Oiapoque? Como vamos poder fazer nossas reivindicações, nossos questionamentos, não aceitamos tamanho desrespeito com nossa AER-Oiapoque”.*

Após 06 meses da publicação do Decreto 7.065 (junho de 2010), observamos que a Coordenação Técnica Local de Oiapoque, não está tendo apoio financeiro da Coordenação Regional da FUNAI/AP para dar continuidade às atividades rotineiras como fiscalização das terras indígenas, que estão sendo impactadas e com isso, facilitando a entrada de não índios para pescar, caçar, extrair madeira, coletar frutos, fazer comércio nas comunidades. Citamos também a falta de apoio para as questões sociais, quanto ao deslocamento de indígenas das aldeias para outras cidades a fim de resolver questões previdenciárias e estudo, além do atendimento não ser satisfatório. Atualmente as únicas ações que estão sendo realizadas nas Terras Indígenas do Oiapoque são as oficinas ofertadas

pela TNC e IEPÉ, para elaboração do Programa de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas. Isso demonstra ausência de ações da FUNAI em nosso município.

## **5 Considerações Finais**

São inúmeros os desafios vivenciados pelas comunidades indígenas do Oiapoque, e neste caso, os Karipuna que compartilham de um olhar sobre a saúde, educação, movimento indígena, conservação dos recursos naturais e proteção das terras indígenas e fortalecimento da cultura. Na saúde precisamos formar profissionais indígenas em técnico de enfermagem, enfermeiro e médico para atender nas próprias comunidades e com isso melhorar o atendimento que hoje é precário. Já na área da educação Escolar Indígena, o nosso desafio é lutar para melhorar a infraestrutura das escolas, garantir junto as universidades a oferta de novos cursos que venham atender as demandas das comunidades, garantir junto ao governo formação continuada e o reconhecimento das escolas indígenas do Amapá respeitando as leis vigentes no país.

O movimento indígena do Oiapoque tem como meta melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas Galibi Kali`na, Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur nas diversas áreas, para isso foi construído o Plano de Vida dos Povos indígenas do Oiapoque em 2009 e o Programa de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque em 2010, no entanto, precisamos garantir recursos juntos aos órgãos dos governos Municipal, Estadual e Federal para execução das ações. O movimento está atento a todas as políticas desenvolvidas na região, seja na elaboração, acompanhamento ou execução de projetos ou programas governamentais e pretende ser mediador em todas as questões que nos envolver.

Espero que este artigo contribua com os professores indígenas como material didático de pesquisa na área de Ciências Humanas, para que outros povos conheçam os acontecimentos que ocorreram durante esses anos e como subsídio na elaboração de projetos que venham atender nosso povo.

## **Referências Bibliográficas:**

CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS: Karipuna e Galibi Marworno. Oiapoque/AP, 2006.

GALLOIS, Dominique & RICARDO, Carlos A.(ORG). Povos Indígenas no Brasil. Volume 3 Amapá/ Norte do Pará. CEDI, São Paulo, 1983.

TASSINARI, Antonella M.I. **No Bom da Festa** O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003.

TASSINARI, Antonella M.I. **Da civilização à tradição:** os projetos de escola entre os índios do Uaçá. IN: SILVA, A L & FERREIRA, Mariana K.L. (Orgs). Antropologia, História e Educação. PAPESP/MARI. São Paulo, 2001.

## **FONTES ORAIS**

FORTE, Fernando – aldeia Espírito Santo.

HIPÓLITO, Romualdo- aldeia Pakapua.

SANTOS, Alfredo- Aldeia Txipidô.

SANTOS, Alexandrina - aldeia Santa Izabel.

SANTOS, José - aldeia Santa Izabel.